



## ***Turista Cidadão: Uma Contribuição***

### **Ao Estudo da Cidadania no Brasil<sup>1</sup>**

Dra. Susana Gastal<sup>2</sup>

Universidade de Caxias do Sul e Pontifícia Universidade Católica do RS

#### **Resumo**

Diferentes setores da sociedade brasileira têm discutido a questão da cidadania; para os teóricos, a formação da cidadania suporia a consolidação das instituições democráticas, mas também o avanço das áreas da educação e da cultura, entre outras. Nestes termos, supondo-se o turismo como um fenômeno essencialmente humano, que coloca as pessoas em deslocamento para além de suas rotinas espaciais e temporais, ele também tem sua contribuição a dar nessa área, o que tem sido feito na figura do *turista cidadão*. Para o sucesso das propostas, políticas de comunicação – vistas, como sugere Martín-Barbero, sob o ponto de vista das *mediações* – e políticas de planejamento turístico devem incentivar na população local o exercício da cidadania turística e, através dela, repactuar as identidades locais.

#### **Palavras-chave**

Turismo; Políticas de Comunicação; Cidade; Cidadania; Turista Cidadão

#### **1 Introdução**

Dois processos, pelo menos, marcam profundamente o momento contemporâneo: o de globalização da economia e mundialização da cultura, e o de expansão das cidades. A ideologia da globalização, se restrita a um olhar economicista, apontaria para a submissão à tecnologia e para o desenraizamento das tradições locais, que levariam a uma homogeneização da sociedade. Vista sob um olhar a partir da cultura, a mundialização não seria necessariamente homogeneizadora, pois a convivência cada vez mais próxima com o *outro* diferente de mim, seria criativa e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Comunicação Turismo e Hospitalidade.

<sup>2</sup> Professor do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul/RS e do Curso de Turismo da FAMECOS/PUCRS. Autor dos livros *Turismo, imagem e imaginário* (Aleph) e *Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio* (Papyrus). sgastal@terra.com.br



enriquecedora (Martín-Barbero, 2004). A globalização-mundialização também tem induzido a uma maior conscientização em relação ao Planeta, vendo-o na fragilidade e interdependência de seus ecossistemas, a exigir uma postura *cidadã* que ultrapasse as fronteiras nacionais. O crescimento das cidades, por sua vez, significaria que: “De tanto crescer para fora, as metrópoles adquirem características de muitos lugares. A cidade passa a ser um caleidoscópio de padrões, valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, etnias e raças” (IANNI, apud MARTIN-BARBERO, 2004, p. 61), ou seja, o território por excelência do exercício da diversidade.

Portanto, seria possível dizer que o momento contemporâneo tem a marcá-lo uma tensão homogeneidade-heterogeneidade, em cujo contexto a sociedade e a cultura transitam, em especial dentro das grandes cidades. Por estas razões, entre outras, o geógrafo David Harvey (1980, p.113) afirma que a cidade “é visivelmente, uma coisa complicada”. Para ele, a cidade *é complicada* não tanto pela complexidade da gama de processos que nela se dão, mas pela dificuldade dos conceitos em identificar os problemas a ela inerentes, e propor-lhes soluções. Um dos conceitos que pode auxiliar a identificar problemas e soluções urbanas tem sido o de semiótica, a área de conhecimento que busca compreender as construções de sentido. A cidade, vista como espaço de comunicações, e submetida ao olhar semiótico, “é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos à nossa cidade, a cidade onde nos encontramos simplesmente quando a habitamos, a percorremos, a olhamos (...)” (BARTHES 1987c, p.184). A semiótica e a Comunicação podem ser uma maneira de desvendar um pouco da *complicação* da cidade. HARVEY (1992:36) busca Saussure para afirmar que o sentido é determinado na relação entre palavras, não destas com a coisa em si. O sentido se constrói, então, na forma de discursos, que podem levar a novas vivências da cidade, mas que, antes, precisam ser decodificados.

Aplicado ao espaço, isso significa dizer que o sentido só ganha expressão em estruturas de relacionamentos significantes, e não na simples distribuição de objetos – casas, edifícios, ruas, praças, monumentos... – na sua superfície. Daí a cidade ser o resultado da rede de tessituras entre o que é *fixo* no espaço e os *fluxos* na forma de pessoas, de bens materiais e simbólicos, de comportamentos e culturas, que fluem por eles. Fredric JAMESON (1997, p.149) levanta que o novo tecido urbano é, em si, caótico e «não um vernáculo que você aprende a falar (como o inglês negro), mas uma borda



mais externa da maneira como o neo-universo produz legalmente não a homogeneidade e a estandardização, mas uma heterogeneidade pós-moderna genuína».

Nestes termos, se para a pós-modernidade a cidade é o espaço da fragmentação – ao contrário da pretensão moderna de vê-la como espaços a serem pensados e projetados na sua totalidade – esta talvez seja uma das primeiras questões a serem encaradas, quando se pretende identificar os problemas da cidade: não pensá-la – e, muito menos, planejá-la – como homogeneidade, nem “com conceitos de instituições, de estruturas e de relações entre eles, conceitos elaborados com três séculos de Modernidade homogeneizadora” (MAFFESOLI, 1997, p. 19). Para os urbanistas contemporâneos, filiados a uma lógica de pós-modernidade, a Cidade seria uma totalidade, sim, mas composta de muitos fragmentos, numa «totalidade que funciona, dentro da qual tudo se relaciona entre si» (HARVEY, 1980:261), e buscar resolver a tensão homogeneidade-heterogeneidade torna-se o grande desafio.

Outro conceito, também fruto da Modernidade, é o de cidadania, herdado do sentimento grego de *polis* enquanto espaço público de decisão política – um espaço onde todos seriam iguais e no qual imperaria a democracia. A idéia de cidadania consagra-se no corpo das revoluções liberais do século XVIII como um *direito universal à igualdade*, para só ser posta em questão no pós 1960, quando as minorias étnicas, culturais e de gênero impõem-se sob um discurso de respeito às diferenças, a exigir políticas culturais que considerem e consagrem estas diferenças. Abre-se um espaço de negociação entre os direitos e deveres coletivos, em torno da adesão a uma idéia abstrata de Estado, e os direitos ao exercício de identidades e identificações culturais baseadas na diferença. Se a cidade vive em tensão de conceitos, com a cidadania dá-se o mesmo.

Nesta negociação entre o direito a igualdade e o direito a diferença é necessário repensar a idéia de cidadania, na qual políticas de comunicação podem representar um importante papel, em especial se abandonada a idéia da comunicação como uma mera intermediária de informações, para assumi-la como *mediação*, como proposto por Martin-Barbero (2004), ou seja, um espaço no qual, entre outros, as identidades sejam negociadas. E, entre as mediações, estaria a contribuição que o turismo pode dar ao exercício da cidadania sob a pós-modernidade.

## **2 Cidade e Comunicação**



Marshall McLuhan, nos seus textos fundadores, falava na cidade que se avizinharia com os avanços tecnológicos das comunicações, como uma *aldeia global*. Embora seja discutível utilizar a expressão *aldeia* para caracterizar a cidade sob a égide dos meios de comunicação, já que no contexto utilizado pelo teórico canadense a expressão carregaria o recuo do significante para um momento anterior, quando os aglomerados urbanos seriam menos densamente povoados, mas em que prevaleceria uma certa ingenuidade, franqueza e afetividade permeando as relações sociais: o utopismo dos anos 1960 via essa possibilidade, de um retorno ao pastoral, nos meios de comunicação que avançavam sobre o mercado. Sob um novo internacionalismo global, fronteiras espaço-temporais seriam derrubadas.

Se a metáfora da *aldeia global* foi útil no que se refere à difusão do imaginário tecnológico implícito nos meios de comunicação, em termos de imaginário urbano ela demarcará menos esse sentimento moderno-pastoral implícito na idéia de *aldeia* e mais o sentimento pós-moderno de globalização, no avanço de um imaginário urbano que privilegia a cidade como grande e complexa que é, em si, o oposto da aldeia.

Alguns autores (McLUHAN, 1998; CLARK, 1985; CASTELLS, 1989 e MUMFORD, 1998) relacionam o desenvolvimento das cidades aos desdobramentos tecnológicos dos meios de comunicação. À medida que a cidade desenvolve capacidades de manter e conservar informação, ela expande também sua capacidade enquanto sistema aberto e complexo de comunicação (CLARK, 1985, p.72). Esta trajetória, que inicia com a dependência do contato face a face na *agora* grega, desmaterializa-se e permite a distância semiótica já com as *primitivas* tecnologias de impressão e radiodifusão, ao tornar irrelevante a proximidade física dos interlocutores (MELA, 1999, p.151).

Depois, por um lado, a mídia irá influenciar a construção de sentido daquilo a que chamamos *realidade* e por outro, politicamente mais complexo, há a questão de o espaço ser conquistado pela produção do espaço (HARVEY, 1992, p.234): as redes criadas pela mídia impressa e eletrônica e, mais recentemente, pelos computadores, constroem novos *espaços*, que só existem enquanto e se redes de informação, independentes do território percorrido. Estes novos espaços influenciam a cidade com sua lógica de entretenimento, cuja economia estaria enraizada no turismo, esportes, cultura e, claro, entretenimento, alimentando o imaginário da *cidade em festa* a partir, em muito, da tecnologia acumulada pelo grupo (de comunicação) Walt Disney. Se antes a *fantasy city* (HANNIGAN, 1999) ficava restrita aos parques temáticos, ela agora ocupa o espaço urbano em



experimentos nos quais Barcelona foi uma das pioneiras, ao transformar o porto local em área de lazer.

Tal construção de sentido – da *cidade em festa* – estará presente tanto nas urbes do primeiro mundo, como na experiência terceiro-mundista. Mesmo distantes das raízes helênicas da *agora* e com seus processos de industrialização capenga e parcial<sup>3</sup>, as cidades da periferia do capitalismo procurarão reproduzir o mesmo urbano ideal. Nesta nova cidade, que tem nas tecnologias de comunicação suas causas e suas conseqüências, o sentido de lugar no mundo se constitui dentro das lógicas da globalização e da urbanização acelerada. A presença do diverso de mim, dentro do mesmo território da cidade, acelera e transforma a idéia de cidadania, que poderão levar a noção de cidadania universal e a de uma esfera pública internacional (Martín-Barbero, 2004).

Estas alterações, ainda segundo Martín-Barbero, na contrapartida do capitalista internacionalista, permitiriam que extratos profundos de memória e de mentalidade coletiva venham à tona, nas bruscas e repetidas alterações dos tecidos sociais tradicionais, levando a novos tecidos coletivos. A comunicação, para além do conteúdo veiculado nos *mídias*, mas a partir da competência comunicativa das comunidades e de suas culturas, seria a “colocação em comum da experiência criativa, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro” (MARTÍN-BARBERO, 1994, p. 61?). Neste contexto, as mídias deixariam de ser meras intermediárias de conteúdos, para tornarem-se espaço de mediações: “aquele que torna explícita a relação entre diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que dos meros consumidores” (MARTÍN-BARBERO, 1994, p. 69). Nas mediações, deixar-se-ia de valorizar o que há de igual no outro, para valorizar a diferença, no sentido da não banalização do outro.

Se aplicado ao turismo, considere-se que seu objeto é o deslocamento e as pessoas em deslocamento. O deslocamento leva ao encontro com o outro, diferente de mim, no qual posso buscar o igual (e desqualificar o outro quando não encontro no outro o que é igual a mim) ou buscar, justo, o diverso. As políticas de comunicação,

---

<sup>3</sup> A urbanização latino-americana é mais recente – acontece a partir dos anos 1950 – e mais rápida, produzindo o que as gírias chamam do “inchaço”. As grandes cidades terceiro-mundistas, hoje, são na sua maioria aquelas que serviram, durante o regime colonial, de pontes de contato entre a colônia e o centro hegemônico. Em geral, essas cidades criam grandes distâncias em termos de comportamentos, hábitos de consumo e nível de educação em relação ao *interland*, pela debilidade do nível de trocas materiais e simbólicas (SANTOS, 1989:30) efetuadas não só com a zona rural, mas com as cidades menores. Vista a partir do interior, a “grande cidade” brasileira torna-se, então, símbolo de saúde e educação, razão pela qual atrairá o êxodo rural, mesmo que nela não haja postos de trabalho na indústria ou nos serviços a serem preenchidos.



públicas ou privadas, trabalhavam com a busca do igual (via estereótipos), no âmbito do turismo de massa. As práticas turísticas contemporâneas, segmentadas e com um novo perfil de viajante, tenderiam a priorizar a diferença, mesmo nas suas políticas de comunicação. Mas, avançando nas políticas de comunicação para além da intermediação da experiência turística, via fornecimento de conteúdos informativos, e vendo o turismo também como a possibilidade de mediação, chega-se às suas possibilidades, primeiro, como importante contributo na construção da cidadania; segundo, avançando na cidadania, na figura do turista cidadão.

Antes de avançar no conceito, é preciso retomar a noção de cidadania.

### 3 Cidadania e turismo

O conceito de cidadania nasce na *polis* grega, passa pelo corpo das mudanças das revoluções liberais, francesa e americana, no século XVIII, para ser consolidado na Carta de Direitos, da ONU, em 1948; ela se desenvolve junto ao capitalismo que a gerou (MANZINI-COVRE, 1996), mas também em conjunto com as idéias iluministas universalistas, ou seja, uma concepção dos países hegemônicos ocidentais, nas quais as diferenças locais dos *ex-centricos* caberiam com certa dificuldade.

O pleno exercício da cidadania suporia direitos civis, direitos políticos (participação no poder), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais. Seria, ainda, “estratégia de luta para uma nova sociedade” (MANZINI-COVRE, 1996, p. 40). Para o mesmo autor, cidadania envolveria:

(...) atender, cada vez mais, ao bem-estar da maior parte da população do planeta. Tal ação social crítica diz respeito ao exercício da cidadania como processo inventivo de cada um e de todos, de forma que possamos ter as mesmas condições comuns, regidas por normas legais de que possamos fazer uso igualmente. Avançamos daí para maior democracia (MANZINI-COVRE, 1996, p. 63).

A cidadania, para Manzini, estaria entre os *proporcionadores* com “capacidade de trazer para fora a subjetividade no sentido de expressá-la no mundo. É a identidade do indivíduo que vem para fora e, ao mesmo tempo, é pensamento e ação para lidar com o mundo, para organizá-lo melhor na direção do que parece ser o sonho recôndito dos homens – a busca de formas possíveis de justiça e igualdade, liberdade e, ao mesmo tempo de individualidade, embora impliquem uma relação complexa, difícil de



resolver” (MANZINI-COVRE, 1996, p. 64-65). Manzini vai além e diz que, nestes termos, cidadania suporia estender conhecimentos, para que as pessoas passem a exercer a possibilidade e o direito de reivindicar e eliminar a *pobreza política*, sem a qual não se acabaria com a pobreza material (DEMO, 1995, p.40): “Não-cidadão é sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da manipulação que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto” (DEMO, 1995, p. 2).

Para Pedro Demo, a educação, quer institucional quer como outras formas de fazer emergir o sujeito histórico, teria no conhecimento a sua fonte geradora. Já para Francisco Weffort (1997), num país de precariedades como o Brasil, a cidadania a contribuir para a formação do cidadão seria um fenômeno da área da educação, mas também da área da cultura.

Compreendemos cidadania, assim, como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se *sujeito histórico consciente e organizado*, com capacidade de conceber e efetivar processo próprio. O contrário significa a condição de massa de manobra, de periferia, de marginalização (DEMO, 1992, p.17).

Políticas sociais que incentivem a cidadania deveriam (1) ser redistributivas em termos de renda e poder, acrescentando-se que hoje tão importante como a posse de bens materiais, é a posse e o manejo de bens simbólicos; (2) ser equalizadoras de oportunidades no sentido de “instrumentar desiguais para que tenham chances históricas pelo menos mais aproximadas” (DEMO, 1992, p. 18); (3) ser emancipatórias, não no sentido de *doar* a emancipação ao outro, mas de que ele possa emancipar-se; (4) ser preventivas e não curativas (DEMO, 1992).

Para alguns teóricos, a noção de cidadania como herdada do iluminismo, implícito a lealdade de deveres e direitos a uma noção abstrata de Estado, teria que se reposicionar após a emergência dos movimentos sociais pós 1960, a demandar o reconhecimento de diferenças e especificidades étnicas, raciais, de gênero, culturais, levando a que, as novas particularidades das questões de identidade, venham a eclipsar as questões da cidadania. Esta passaria a ser vista como um conjunto de práticas culturais, simbólicas e econômicas, vinculadas a uma gama de direitos e deveres (civis, políticos, sociais e culturais), que definem a adesão pessoas a uma determinada política (ISIN, p. 4). Grupos móveis, na sociedade civil, substituíram o papel e a função dos





partidos políticos. Daí Martín-Barbero propor passar dos meios às mediações, se os sistemas de comunicação desejarem manter espaços sociais significativos.

O conceito de cidadania, apontado para um conjunto de práticas vinculadas a uma gama de direitos, não precisaria, necessariamente, se antepor ao de identidade. Se ter “uma *identidade* seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma *entidade* em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios, a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos” (CANCLINI, 2003, p. 190), esta também passaria pela adesão à esfera pública, ou seja, pela cidadania.

Outra opção, para aproximar num entendimento maior da complicação da cidade, seria passar do conceito de identidade para o de identificação, como propõe Stuart Hall (2003, p. 39), ao “vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma *falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*”. A identidade, posta como identificação, teria uma aproximação ao conceito de cidadania, ambas num conjunto relativamente coeso de características, buscando ser amparadas por normas legais e político institucionais, em especial de cultura.

Nas grandes cidades, como apontado por Canclini, mesmo os bairros acabariam por constituir-se em espaços públicos de homogeneidade identitária. Mas, a identidade se marca no reforço ao que é igual, em contraste com o que seja diferente. E aqui se poderia retomar o turismo. O turista, percorrendo outras regiões ou países, tem nesta vivência de semelhanças e diferenças, uma das razões primeiras das suas práticas. O *outro* seria aquele “que não compartilham constantemente esse território, nem o habitam, nem têm portanto os mesmos objetos e símbolos, os mesmos rituais e costumes são os outros, os diferentes. Os que têm outro cenário e uma peça diferente para representar” (CANCLINI, 2003, p. 190). E, para viver outros cenários, não seria mais necessário sair dos limites da cidade, pois esta se tornou o território da multiplicidade, permitindo sermos turistas mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias espaciais, para um conceito que priorizaria a sua prática como o percorrer tempos e espaço diferente dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espacos, em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências.





A cidadania, se associada ao turismo, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, em condições de expressar-se e se apropriar das suas circunstâncias, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário.

#### 4 Turista cidadão

Retomando os conceitos até aqui propostos, a presente reflexão parte do pressuposto que as cidades são parte dos fenômenos contemporâneos e que, na sua magnitude, tornam-se o espaço por excelência da fragmentação e da diversidade. O morador da cidade não pode desconhecer esta contingência, o que o coloca em tensão com os processos de homogeneização incentivados pela globalização das tecnologias e do sistema econômico. A tensão homogêneo-fragmentado, no território urbano, acentua outra marca da cidade, o dela constituir-se por fixos e fluxos, pois estes teriam, acrescidas, as possibilidades criadas pela tecnologia. Criam-se, no tecido urbano, novos textos com códigos que devem ser compartilhados pelos usuários das cidades.

As pessoas, moradoras ou usuárias das cidades, não são fixos, mas fluxos a percorrer estes espaços. Colocar os moradores das cidades em movimento – assumindo sua condição de fluxos – para além de suas práticas rotineiras, num primeiro momento pode transformá-lo no *cidadão turista*, que irá, com o deslocamento, apropriar-se com maior competência dos espaços e situações. A cidade nos seus fixos, deixa de ser uma desconhecida, mesmo para seus próprios moradores, e torna-se o território familiar ao qual se constrói pertencimento e identificação, por passar a compartilhar seus códigos e, com eles, situar a própria subjetividade no urbano.

Por outro lado, falar em *turista cidadão* seria avançar no conceito, e supor o sujeito formado e politicamente atuante nestas práticas. O sujeito que entendeu os fixos, precisa apropriar-se dos fluxos, neles compreendidos a sua própria situação de sujeito em trânsito, para nela colocar subjetividade, aprendendo a expressá-la na mundo, como proposto por Manzini-Covre.

Experiências com o *cidadão turista* têm sido vivenciadas em Curitiba, Fortaleza e Camboriu, por exemplo. Em fevereiro de 2003, o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi<sup>4</sup>, declarava:

---

4

<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=27>



Uma cidade só é boa para o turista se for boa para o seu cidadão, mas o turista só recomenda e volta à cidade se houver receptividade e bom atendimento. O planejamento voltado ao cidadão transformou pedreiras em parques e fez do sistema de transporte, um exemplo para o Brasil e o mundo. A vocação turística daqui é proporcional à satisfação que o curitibano tem de cuidar de sua cidade e tê-la como extensão de sua casa.

O curitibano que se apropria dos fixos da cidade, como o complexo de entretenimento da Pedreira ou dos parques, faz parte de uma política de planejamento urbano, que segundo Taniguchi, vê Curitiba como

(...) o centro de uma metrópole, com gestão compartilhada de lixo, com transporte integrado, com preservação de mananciais. Tudo aquilo que atrai o turista em Curitiba atrai, primeiro, a própria população. Curitiba continua investindo para melhorar os postos de informações, materiais de divulgação e desenvolvendo programas de qualificação profissional.

Na mesma linha, em Fortaleza, o secretário de Turismo Henrique Sérgio Abreu declarava no início de 2006: “A prefeita me deu o plano de gestão para a cidade com uma orientação muito firme que era fazer um turismo cidadão, de valorização do habitante da cidade. Um turismo em que a receita gerada seja revestida em prol da população, do motorista, do artesão, do guia”.<sup>5</sup>

Para realizar estas propostas, Abreu explica que:

(...) inauguramos há pouco tempo, em parceria com Convention Bureau, o passeio Conheça Fortaleza a Pé. É um passeio pelo Centro em que está pintado no chão de verde o caminho que o turista deve fazer. Toda vez que ele chega à frente de um prédio que tem importância para a história da cidade – não precisa ser um prédio histórico – está escrito no chão o número. Em um mapa há a foto do prédio e uma descrição em inglês e em português do que é.

A proposta de Fortaleza, centrada nos fixos, não estimularia os fluxos, pois, segundo a mesma fonte, trata-se de uma atividade que “não é de massa. A diferença nossa, de como o poder público faz, é que existe um transporte público gratuito que circula pelos hotéis”, mas o fortalezense “não tem o transporte de graça. O transporte é para o turista. Mas ele tem acesso ao mapa, percorrer o caminho e conhecer. É até

---

<sup>5</sup> “Henrique Sérgio Abreu: O homem do turismo de Fortaleza”. <http://www.noolhar.com/opovo/paginasazuis/549952.html>, capturado em abril de 2006.



recomendável que as escolas façam com estudantes. É algo bastante instrutivo e interessante que se faça”.

Para o secretário, na mesma entrevista, a cidadania seria incentivada, também, na apropriação da história local, associada aos fixos:

Vou dar um caso bastante emblemático: o Brasil todo conhece Diamantina, Tiradentes e Inconfidência Mineira. Mesmo aqui no Ceará, poucos conhecem a Praça dos Mártires, que chamam erroneamente de Passeio Público, a Confederação do Equador, Bárbara de Alencar e Padre Ibiapina. Ambos fuzilados na Praça dos Mártires. E poucos sabem disso. As crianças, nossos alunos não são levados para lá. Só que nós estamos reordenando isso. Eu sempre repito que uma cidade onde é boa para se morar é ótima para se visitar. Então nosso trabalho não está no turista. O foco está no cidadão.

A proposta da cidadania aliada ao turismo, da Prefeitura de Camboriu, fez parte de uma projeto que recebeu o Top de Marketing catarinense, em 2004. A ação pública objetivava:

(...) qualificar a cidade para bem atender turistas e elevar a qualidade de vida dos moradores, investindo em educação, em saúde, em infra-estrutura urbana, na preservação ambiental e nas políticas sociais. “Hoje, cada agente público, empresário, servidor municipal e munícipe deve perceber claramente o seguinte conceito: em Balneário Camboriú, cada turista deve ser aceito como um cidadão muito especial e cada cidadão deve ser tratado como se fosse um turista muito especial”, avalia o secretário de Turismo e Comércio, Osmar de Souza Nunes Filho

Pensar o turismo não só sob o olhar dos visitantes, mas também dos residentes, fez parte, ainda, de propostas de desenvolvimento de Porto Alegre. O Plano de Ação de 1999, inclui entre seus públicos preferenciais, os residentes da cidade, desde que estes saíssem de suas rotinas espaciais e temporais na cidade. Parte-se do pressuposto que uma cidade como Porto Alegre possuiria um espaço urbano e práticas culturais que, por sua complexidade, podem ser desconhecidos e estranhas para os próprios porto-alegrenses.

Trata-se, assim, do conceito de *turista cidadão*, o habitante que desenvolve um relacionamento diferenciado com o local onde mora no seu tempo de lazer, quebrando o modelo existencial da sociedade industrial criticado por Jost Krippendorf (trabalho – moradia – lazer – viagem), de acordo com o qual o lazer, as práticas sociais capazes de restabelecer o

equilíbrio físico e emocional do homem contemporâneo, só seria possível em lugares distantes da própria residência (SALES, 2006).

A proposta de Porto Alegre, nos critérios aqui propostos, avançaria do *cidadão turista* ao *turista cidadão*. Como explica a então gestora da proposta, Marutschka Moesch

O turista cidadão é aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro de sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre no espaço cotidiano outras culturas, outras formas étnicas e outras oportunidades de lazer e entretenimento. Quando se encontra na situação de turista cidadão este sujeito aprende a utilizar os espaços ambientais, culturais, históricos, comerciais e de entretenimento com uma percepção diferenciada do seu cotidiano (MOESCH, 2005).

O conceito de turista cidadão, assim, avançaria da *simples* apropriação dos fixos – mesmo que esta não seja tão *simples* – para integrar os sujeitos aos fluxos não só de mobilidade física no território, mas de adesão aos fluxos de idéias e de outras expressões culturais. Cultura como fluxo pode não significar apenas as expressões locais, mas também aquela que se dá nos fluxos globalizados e globalizantes. Veja-se a notícia sobre Brasília:

Fim de semana dark em Brasília. Na sétima edição da festa de Halloween do clube Garagem, com exceção da hostess-pomba-gira Black Maluca, todas as atrações foram "importadas". Yuri Mix, Danny Colt e integrantes do balé do clube paulistano Blue Space repetiram performances que foram sucesso em São Paulo. Mais barbie do que nunca, o simpático DJ Dudu Marques (produtor das festas cariocas Pride e DJs at Work) veio do Rio de Janeiro tocar fogo na casa. Durante o dia, o fortão fez a linha "turista-cidadão" e passeou pelos pontos tradicionais da cidade com DJ Vilson (residente da Garagem).<sup>6</sup>



Considerar os fluxos, a partir do turismo, significa não só aprofundar laços com a cultura do lugar onde se vive, como vê-lo como espaço qualificado inclusive, para auto-expressão, na qual se somam identidade e identificação.

---

<sup>6</sup> SABINO, Thales. "Em Brasília Festas sem parar na capital federal". [http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/noites/espec\\_brasilia/espec\\_brasilia.asp](http://mixbrasil.uol.com.br/mundomix/noites/espec_brasilia/espec_brasilia.asp)



Para Moesch (2005), a experiência do turista cidadão, carregada de subjetividade, expressa-se, porém, objetivamente nas vivências ocorridas durante o tempo de lazer, no consumo de práticas de entretenimento, cultura e meio ambiente. Este processo ocorreria por meio do estranhamento da própria cidade, especialmente na percepção estética da paisagem urbana pelo habitante. (Fabi)

Por outro lado, o *turista cidadão*, assim exposto ao estranhamento, será o sujeito que, ao ampliar as fronteiras territoriais dos seus deslocamentos, será também um cidadão global consciente.

Qual o papel da Comunicação neste processo de construção da cidadania?

È possível falar em pelo menos dois momentos desta participação. O primeiro, retomando a semiótica como importante instrumento auxiliar no entendimento e leitura das construções de sentido do urbano. Olhar a cidade como um texto a ser decifrado é indispensável para pensar-se os processos de apropriação pelos sujeitos, que levam à cidadania.

A leitura do não-verbal entende uma estratégia de destruição, na cidade, do seu sistema de ordem, (...), capaz de produzir um afastamento da cidade como espaço cotidiano rotineiro e ao qual estamos habituados. Não é possível ler o que não conseguimos estranhar. Essa distância estratégica entre o usuário leitor e seu espaço diário na cidade permite-lhe ler, ver e descobrir (FERRARA, 1998, p. 15).

A comunicação, no papel de mediação, poderá ser um dos espaços onde esta cidadania será pactuada. Mas, ainda como mediação, a comunicação poderá contribuir para deslocar o olhar, hegemônico sobre os fixos, para observar os fluxos. Isto significa mais do que produzir folheteria e materiais especializados sobre *o lugar*, auxiliando na sua decodificação. Isto seria produzir informação. Para passar à mediação, retomando Martín-Barbero, é construir instâncias onde identidade e identificação possam ser pactuadas, na abertura para a diferença e para o outro que é diferente de mim.

## Referências Bibliográficas



- BARTHES, R. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987c.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional*. Tecnologías de la información, reestructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo: Difel, 1985.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.
- DEMO, Pedro. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas sobre nossa pobreza política**. Petrópolis: Vozes, 1992
- SALES, Fabiana de Lima. Patrimônio cultural como insumo para atividade turística e recurso educacional no processo de educação patrimonial: o caso da educação patrimonial no Museu de Caxias do Sul. Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul, UCS, 2006.
- FERRARA, Lucrecia D. *Olhar periférico*. São Paulo: Edusp, 1992.
- FORD, A. *Navegações*. Comunicação, cultura e crise. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_ «Nos limites do Estado». *Folha de São Paulo*, 18-07-1999, p. 5-4.
- HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- ISIN, Engin F et al. **Citizenship and identity**. Londres: Sage, 1999.
- JAMESON, F. *Sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.
- MAFESOLLI 1997
- MANZINI-COVRE, M. De Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MARTIN-BARBERO
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura, hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- MELA, Alfredo. *A sociologia das cidades*. Lisboa: Estampa, 1999.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VIRILIO, P. «O resto do tempo». *Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia*, PUCRS, n. 10, junho de 1999, p. 57-60.
- WEFFORT, Francisco “Brasil condenado à modernização”. In: DA MATTA, Roberto et al. **Brasileiros: cidadãos?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997.



<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=27&newcod=27>

Site Cidades do Brasil

<http://www.camboriu.sc.gov.br/main.cfm?pag=noticias.cfm&noticia=2408>

08/12/2004